

Instituto Nelly Falcão de Souza

Colégio Martha Falcão

O impacto do Covid-19 na economia brasileira

Nomes:

Antônio Hugo

Carlos Cristiano

Evandir

Luan

Pedro Paulo

Rodrigo

Manaus

2020

Os coronavírus são uma grande família de vírus comuns em muitas espécies diferentes de animais, incluindo camelos, gado, gatos e morcegos. Raramente, os coronavírus que infectam animais podem infectar pessoas, como exemplo do MERS-CoV e SARS-CoV. Recentemente, em dezembro de 2019, houve a transmissão de um novo coronavírus (SARS-CoV-2), o qual foi identificado em Wuhan na China e causou a COVID-19, sendo em seguida disseminada e transmitida pessoa a pessoa.

A COVID-19 é uma doença causada pelo coronavírus, denominado SARS-CoV-2, que apresenta um espectro clínico variando de infecções assintomáticas a quadros graves. De acordo com a Organização Mundial de Saúde, a maioria (cerca de 80%) dos pacientes com COVID-19 podem ser assintomáticos ou oligossintomáticos (poucos sintomas), e aproximadamente 20% dos casos detectados requer atendimento hospitalar por apresentarem dificuldade respiratória, dos quais aproximadamente 5% podem necessitar de suporte ventilatório.

O avanço do novo coronavírus vem afetando diretamente os mercados ao redor do mundo e, junto com ele, também tem elevado as preocupações dos investidores sobre os impactos na economia global.

Por conta disso, as bolsas de valores estão constantemente no radar de vários veículos, uma vez que são afetadas pelas repercussões e enfrentam oscilações ainda maiores do que o comum para o mercado de renda variável.

O Fundo Monetário Internacional (FMI), por exemplo, já afirmou que a pandemia do Covid-19 já está levando a economia mundial a uma nova recessão. Os impactos causados pelo vírus já têm um choque maior que a crise financeira de 2008, para muitos economistas.

No Brasil, os choques de oferta e demanda provocados pela disseminação da doença provavelmente irão frear a retomada da economia – frustrando a expectativa de que, após o tímido crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) do ano passado, a atividade econômica demonstre mais vigor em 2020

A fuga de investimentos e a crescente valorização do dólar já são sinais de que o mercado tem a mesma avaliação da Instituição Fiscal Independente (IFI). No Relatório de Acompanhamento Fiscal (RAF) divulgado em meio ao pânico causado pelo novo coronavírus, a Instituição aponta os principais vetores que fazem a crise do Covid-19 minar a recuperação da economia brasileira em 2020. São os seguintes:

1. Redução das exportações e queda dos preços de commodities

O relatório destaca que especialmente as commodities metálicas, utilizadas em processos manufatureiros e no setor de construção civil, devem sofrer com a desaceleração da economia mundial. Esse cenário é preocupante para o Brasil, já que esse tipo de produto é parte importante das exportações brasileiras.

Dados do Ministério da Economia mostram que o minério de ferro e seus concentrados – parte do grupo de commodities metálicas mencionado pela IFI – responderam por 11% das exportações brasileiras em janeiro e fevereiro de 2020 (US\$ 3,3 bilhões). Eles perderam, apenas, para os óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos (12% ou US\$ 3,8 bilhões).

Além disso, os dados apontam que China e Estados Unidos, ambos significativamente afetados pela Covid-19, estão entre os principais importadores de produtos brasileiros (US\$ 8,2 bilhões e US\$ 3,3 bilhões em janeiro e fevereiro de 2020, respectivamente) – o que também deve ter repercussões na balança comercial do país.

A IFI diz, ainda, que a redução da demanda internacional por esse tipo de commodity deve afetar a produção da indústria extrativa nacional. "Como decorrência da queda na demanda mundial por commodities, os preços desses itens tendem a sofrer forte redução, o que geraria impacto sobre os termos de troca e, conseqüentemente, o nível de renda da economia doméstica", aponta o relatório.

2. Restrição das importações e bens intermediários

O novo coronavírus também está afetando a produção da indústria brasileira em outros setores, já que boa parte dos insumos – os bens intermediários – para a produção de eletroeletrônicos, veículos, máquinas e equipamentos e para a indústria farmacêutica vêm da China. Assim, a restrição a importações tende, segundo a IFI, a afetar a indústria de transformação nacional, "pioorando um quadro já deteriorado para o setor".

3. Fuga de capitais e volatilidade dos ativos financeiros

O terceiro efeito negativo da pandemia do novo coronavírus já estava sendo visto no Brasil mesmo antes de a doença chegar, de fato, ao país. Isso porque, em contextos de incerteza, os investidores tendem a deixar seus recursos em ativos considerados mais seguros, como países e moedas com resultados mais sólidos. O Brasil, ao contrário, é classificado como volátil e cercado de incertezas, o que provoca o chamado flighttoquality, ou a fuga de capitais.

A IFI salienta que esse processo tende a se traduzir em fortes depreciações cambiais, como a que está acontecendo com o real em relação ao dólar.

4. Queda na arrecadação de royalties e participações

Por fim, com a redução da demanda no mundo todo, incluindo com menos deslocamentos entre as regiões, o preço do petróleo tende a despencar. O cenário está ainda mais complexo em razão da guerra de preços entre Arábia Saudita e Rússia, que baixou ainda mais o valor do barril na semana passada.

O relatório da IFI explica que royalties e participações de estados, municípios e da União dependem da cotação internacional do petróleo – e, por isso, a queda no valor do óleo deve afetar diretamente as contas públicas. Nos estados, a baixa do petróleo também diminui a arrecadação com o ICMS.

"O impacto da redução dessas receitas para os cofres da União e dos estados pode ser significativo, a depender da duração do período de menor cotação do petróleo no mercado internacional", aponta o documento.

Apesar de todos os fatores negativos, há, também, dois pontos positivos. O primeiro deles é a queda da inflação, tendência que deve aumentar em decorrência da baixa da demanda. A IFI aponta que, antes de sequer a crise do Covid-19 se tornar mais acentuada no Brasil, o IPCA já estava com resultados mais baixos. O índice registrou sua menor alta para um mês de fevereiro desde 2000(0.25%).

Esse comportamento do índice de inflação, diz o relatório, abre espaço para que o BC reduza a taxa básica de juros, com o intuito de “estimular a demanda e impedir a desaceleração mais acentuada do PIB”.

O Comitê de Política Econômica do Banco Central promoveu um corte da Selic, onde houve uma redução de 0,5 ponto percentual, levando a Selic de 4,25% para 3,75% ao ano, o menor patamar de toda a história.

A IFI disse que “O benefício colateral seria a redução do custo médio da dívida pública, que já diminuiu expressivamente nos últimos anos, com queda dessa importante despesa pública”.

Entretanto, a instituição ainda ressalva: “Cabe ressaltar que a mera redução dos juros não resulta em respostas diretas da atividade econômica, pois depende ainda da confiança dos agentes, da previsibilidade a respeito das ações a serem tomadas no campo fiscal, do ambiente de negócios e do quadro internacional”.

A população de baixa renda foi um grupo fortemente afetado pelo novo coronavírus, devido à crise sanitária que o mesmo causou, uma vez que a mesma não possui acesso adequado à saneamento básico, alimentação e até mesmo moradia.

Na busca de reduzir os impactos da doença para esses indivíduos, parlamentares da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará aprovam projetos de lei e de indicação que visam resguardar direitos básicos aos cidadãos em situação de vulnerabilidade.

Com a finalidade de fornecer proteção social a pessoas em situação de extrema pobreza, a AL aprovou projetos de indicação, instrumentos legislativos cuja finalidade é sugerir ao Executivo que envie projetos à Casa com essas medidas, por tratar-se de temas de iniciativa privativa do Governo.

A distribuição do auxílio emergencial durante a pandemia do novo coronavírus reduziu a extrema pobreza e a desigualdade no Brasil ao menor nível em 40 anos.

De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas(Ibre/FV), em junho deste ano 3,3% da população brasileira, o que corresponde a quase 7 milhões de pessoas, vivia na extrema pobreza. No mesmo período do ano ano passado, o contingente era de 6,9%(14 milhões de pessoas).

São computados neste grupo aqueles que o auxílio tirou 5,6 milhões de crianças da extrema pobreza, diz que a transferência de renda durante a pandemia mostrou ao país que programas sociais não necessariamente precisam ter o critério de renda como elegibilidade para de fato alcançar os mais pobres.

Isso indica que o Auxílio Emergencial do Governo Federal, por exemplo, evitou que 23,5 milhões de brasileiros caíssem na pobreza. Outros 5.5 milhões de pessoas tiveram aumento de renda com a ajuda do governo.

No meio de toda essa crise promovida pelo novo coronavírus algumas opções de saídas vêm sendo propostas, cabe citar:

1. “Imprimir dinheiro” para dar mais liquidez à economia

Essa primeira solução foi defendida pelo ex-ministro da Fazenda e atual secretário de Fazenda e Planejamento de São Paulo, Henrique Meirelles. A base da ideia é expandir a base monetária do país, de modo a prover mais liquidez para as empresas e pessoas que estão com dificuldades.

Essa tarefa teria que ser realizada pelo Banco Central, uma vez que ela é a autoridade monetária que é a única que tem a prerrogativa de emitir mais moeda. A ideia é que o BC compre títulos públicos e privados no mercado secundário, assim colocando mais moeda em circulação.

Esse tipo de operação monetária não é permitida no Brasil, apesar de outros países já a utilizarem. O grande risco dessa expansão monetária é aumentar a inflação.

2. Aumentar a tributação sobre os mais ricos

Outra proposta revive uma ideia antiga, que é bandeira dos setores mais à esquerda no espectro político. Trata-se da famosa "taxação de grandes fortunas", isto é, da cobrança de um imposto que atinja a parcela de cidadãos mais ricos do país.

Isso seria feito por meio da criação do Imposto sobre Grandes Fortunas, que teria alíquotas de 1%, 2% e 3% incidindo sobre o patrimônio que for maior do que R\$ 20 milhões, R\$ 50 milhões ou R\$ 100 milhões, respectivamente. O potencial de arrecadação de um imposto assim seria de R\$ 40 bilhões por ano.

3. Usar as reservas internacionais para abater a dívida pública

Para finalizar, uma outra alternativa, seria usar reservas internacionais para bancar os aumentos de gastos do poder público para, assim, enfrentar a crise. Essa medida foi defendida pelo próprio ministro Paulo Guedes. Em uma reunião virtual que ocorreu em abril, Guedes afirmou que é inaceitável que um país tenha uma reserva de quase 2 trilhões de reais, mas ainda esteja com uma dívida de 4 trilhões de reais.

Nos últimos meses, o BC já utilizou parte das reservas internacionais para tentar controlar a desvalorização do real frente ao dólar. Segundo dados da própria autoridade monetária, o Brasil tem mais de 343 bilhões de dólares em reservas.

Durante grande parte do período da covid-19, verificou-se que existiram setores que sofreram mais que outros, ou até mesmo conseguiram crescer.

Nesse contexto, alguns cenários que conseguiram ter um rendimento favorável:

1. Agronegócio:

Com safra recorde de grãos e aumento nas exportações, o agronegócio brasileiro foi essencial para segurar a atividade econômica durante a pandemia do novo coronavírus.

Segundo a ministra da agricultura, Tereza Cristina, destacou-se a safra recorde deste ano e o Plano Safra como elementos que fizeram o setor crescer, enquanto o restante da economia sofria nos últimos meses.

Tereza Cristina atribuiu a safra recorde de grãos 2019/2020, estimada em 253 milhões de toneladas pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), ao investimento em pesquisa e desenvolvimento e à boa chuva na maior parte dos estados no início do ano. Segundo ela, a articulação com o Ministério da Infraestrutura, no início da pandemia, foi essencial para impedir problemas de logística e evitar desabastecimentos.

A ministra ressaltou que as exportações do agronegócio cresceram 10% no primeiro semestre, em relação aos seis primeiros meses de 2019, e totalizaram US\$ 61 bilhões.

Em relação à safra de 2020/2021, que começa a ser plantada neste semestre, a ministra ressaltou que o Plano Safra deste ano destina R\$ 236 bilhões em crédito subsidiado para os produtores rurais.

Segundo Tereza Cristina, neste ano, o plano privilegia os pequenos e médios produtores, que tradicionalmente têm mais dificuldade de acesso ao crédito, e projetos de sustentabilidade e de tecnologia da informação no campo.

2. Farmacêutico:

Com as medidas de isolamento social e, principalmente, o desenvolvimento dos aplicativos e canais de vendas digitais das farmácias, as vendas pela internet nesse segmento mais do que dobraram no primeiro semestre do ano.

As 26 redes que fazem parte da Abrafarma, Associação Brasileira de Redes de Farmácias e Drogarias, movimentaram 718,77 milhões de reais pelo delivery ou por vendas pela internet entre janeiro e junho de 2020, valor 106,49% maior que o registrado no mesmo período de 2019.

O faturamento geral do grande varejo farmacêutico cresceu 7,74% no período. O resultado das vendas online foi influenciado especialmente pelos genéricos e medicamentos isentos de prescrição médica, embora a quarentena tenha ajudado a criar medidas para reduzir a burocracia no setor.

Este pode ser um ano-chave para o setor de drogarias e farmácias. No ano passado, as 26 maiores redes do varejo farmacêutico nacional, filiadas à Abrafarma, registraram um lucro líquido de 1,09 bilhão de reais. O valor correspondeu a uma

margem de 2,04% sobre as vendas brutas, percentual ligeiramente inferior aos 2,34% de 2018. O Ebitda passou de 5,70% para 6,46%.

No entanto, existiu um setor em específico que mais foi afetado, sendo ele o setor aéreo:

Como os voos de passageiros foram cancelados, o custo do envio de carga por via aérea mudou rapidamente. O custo do envio de carga pelo Oceano Pacífico triplicou no final de março.

A capacidade de carga ajustada caiu 4,4% em fevereiro, enquanto a demanda de carga aérea também caiu 9,1%, mas a quase interrupção no tráfego de passageiros reduziu a capacidade ainda mais, pois metade da carga aérea global é transportada nos compartimentos inferiores dos jatos de passageiros. As taxas de frete aéreo aumentaram como consequência, de US\$ 0,80 por kg para cargas transatlânticas para US\$ 2,50-4 por kg, atraindo as companhias aéreas de passageiros a operar voos apenas com carga, enquanto as companhias aéreas de carga colocam novamente em serviço aeronaves armazenadas que consomem combustível, ajudadas pela queda nos preços do petróleo.

Em 5 de março de 2020, a Associação Internacional de Transportes Aéreos estimou que o setor de aviação poderia perder entre US\$ 63 a 113 bilhões de receitas devido ao número reduzido de passageiros. A IATA havia anteriormente estimado perdas de receita de cerca de US\$ 30 bilhões duas semanas antes da estimativa de 5 de março. Em 17 de março, a IATA havia declarado que sua estimativa de 5 de março estava "desatualizada" e que as companhias aéreas precisariam de US\$ 200 bilhões em resgates para sobreviver à crise. A IATA revisou ainda mais sua estimativa de perda de receita em 24 de março para US\$ 252 bilhões em todo o mundo, uma queda de 44%.